

2005, o ano que
não vai existir

Eleição Presidencial

O lance não é inédito, nem por isso deixa de ser ousado: Luiz Inácio da Silva mal completou um ano e meio de mandato e o chefe da Casa Civil, José Dirceu, já fala abertamente a respeito de seus esforços pela campanha da reeleição em 2006.

No governo anterior, a idéia de apresentar emenda constitucional criando a reeleição começou a ser debatida antes disso, já no primeiro ano de governo. No início do segundo ano foi votada e aprovada.

A idéia do homem que na época fazia as vezes do José Dirceu de agora, Sérgio Motta, era entre outras coisas criar um ambiente de expectativa de poder que por si só alimentasse a disposição dos partidos aliados de permanecer firmes no apoio ao presidente Fernando Henrique.

Dirceu faz parecido agora: fala na reeleição aparentemente fora de hora, mas, na realidade, o faz na hora exata para quem não pretende deixar que a tropa se disperse como se o governo já estivesse no fim e não houvesse a perspectiva de um novo mandato.

A expectativa em torno desses mais quatro anos servirá para dar fôlego político a Lula e amálgama à base de sustentação até o fim de 2006.

Políticos, sabemos, movem-se a poder ou devido à esperança de. Por isso, não é desprovido de sentido esse movimento de José Dirceu agora, três meses antes de uma eleição que o PT considera a etapa inicial da montagem das bases para a disputa de 2006 e num momento desconfortável em matéria de popularidade.

Trata-se de sinalizar que o PT trabalha com o mesmo cenário dos tempos de bons resultados nas pesquisas e não esmoreceu no projeto de construir hegemonia política, social e cultural na sociedade.

Prova cabal é o rol das candidaturas municipais. Das 26 capitais em disputa (no Distrito Federal não há prefeitura), o partido só não está na cabeça de chapa em duas: Maceió e Boa Vista.

A existência de candidatura própria em quase todas as capitais é essencial para quem tem plano de afirmação partidária.

E o PT, vê-se, deu prioridade a seu projeto de expansão mesmo em detrimento da preservação de alianças partidárias no âmbito nacional.

O PMDB, por exemplo, já foi tido como parceiro preferencial (hoje parece ser o PTB) em Brasília,

mas na eleição municipal é companheiro de chapa do PT apenas em Palmas e Curitiba.

Em sete capitais o PT vai à disputa sozinho, sem nenhum partido na aliança e, no embate principal, em São Paulo, atreveu-se até a apresentar-se com chapa pura.

A vantagem é que, se ganhar, ganha bem robusto. Para quem tem atenção primordial em si e não está com cabeça de frente partidária, é o ideal.

O problema é que o PT, para tentar produzir um resultado significativo, de "arrastão" nacional, precisa de um discurso unificado a fim de caracterizar uma vitória "plantada" no País todo.

Isso seria ótimo se o ambiente ainda fosse o mesmo do início do ano passado, quando o plano da eleição municipal foi concebido.

Agora, depois que ficou bastante duvidoso se o caráter plebiscitário da eleição ajuda ou atrapalha o PT, a estratégia pode acabar virando contra o estrategista.

Se em novembro o mapa das urnas registrar, em vez de fortalecimento, o enfraquecimento do PT, na ausência da força dos votos, o governo federal deflagra de vez a campanha da reeleição.

Considerando que pôr 2006 na roda é também o plano da oposição, 2005 já está com jeito de ano que não vai existir.

GOVERNO

LULA

ALIMENTA A
EXPECTATIVA
DE PODER
EM NOVO
MANDATO